

VÁRIOS, *Mistérios e Descobertas no Antigo Egipto*, Lisboa, Editora Pergaminho, 2001, 174 pp., ISBN 972-711-362-1

O livro é composto por artigos publicados na revista *Historia Spécial*, reunidos em volume pelas Éditions Tallandier em 1998, com o título de *L'Égypte Ancienne – Mystères et Découvertes* (e não *L'Égypte Ancienne*, como surge na p. 6). Entre os autores dos vários artigos encontram-se nomes conhecidos da actual egiptologia francesa como Christiane Desroches-Noblecourt, Isabelle Franco e Audran Labrousse. Mencione-se ainda a presença do incansável Christian Jacq, aqui reduzido para «Chistian» (p. 7).

Logo a abrir, um conselho se impõe para a jovem Editora Pergaminho: que arranje tradutores com mais cultura geral e, neste caso específico, com melhores conhecimentos históricos. Na verdade este livro, integrado na colecção «O Homem e a História», com direcção editorial de Mário de Moura, ficou assaz prejudicado pela má tradução levada a cabo por Bernardina Felgueiras a partir do original francês. Tão lamentável situação foi ainda agravada por uma deficiente revisão do texto e pelo facto de não ter havido uma revisão científica, deixando este livro pejado de anomalias, algumas delas verdadeiramente insultuosas para com o leitor.

Depois da apresentação dos vários autores que se encarregaram da redacção dos capítulos (pp. 7-8), começa-se com «As grandes dinastias» (pp. 9 -16), da autoria de Isabelle de Vilmorin. Entre os erros de revisão (datações improváveis, nomes deixados à moda francesa, aportuguesamento forçado de outros), registre-se que é controverso afirmar que o sacerdote Herihor subiu ao trono (p. 14), é um crasso esquecimento não mencionar os reis tanitas da XXI dinastia (p. 15) e é estranho incluir a XXVI dinastia no Terceiro Período Intermediário.

A introdução corresponde ao artigo de Christian Jacq, «O rio-deus, vítima da barragem de Assuão» (pp. 19-26), evocando o «milagre da enchente» a marcar o ritmo do tempo, a protecção de Hathor, o diálogo sagrado com a natureza e a doçura de viver nas margens do Nilo com as suas desejadas inundações. Registe-se entretanto que não era em meados de Junho que a estrela Sothis surgia no horizonte, anunciando o começo da cheia, mas sim em meados de Julho (p. 20).

Em seguida vem um bloco subordinado ao tema «Lugares e Homens do Império Antigo», composto por seis capítulos. O primeiro é da autoria de Marc Desti, abordando «A invenção dos hieróglifos» (pp. 28-36), indo dos pictogramas e ideogramas aos fonogramas. Segue-se a contribuição de Jean Lacouture com o capítulo 2, «Champollion decifra os hieróglifos (1822)», (pp. 37-44). Isabelle Franco apresenta-nos «As

grandes pirâmides: um estaleiro de 30000 construtores» (pp. 45-53), tema desenvolvido no capítulo seguinte com o título «Verdadeiros e falsos mistérios das pirâmides» (pp. 54-60), que reproduz um diálogo com Isabelle Franco conduzido por Claude Pommereau. Amal Helal-Giret trata dos vários trabalhos de restauro levados a cabo em diversos monumentos no seu artigo «Centenas de restauradores à cabeceira da Grande Esfinge» (pp. 61-68). Coube a Audran Labrousse debruçar-se no capítulo 6 sobre «Os oásis: a rota de Pepi II» (pp. 69-75), onde erradamente se alude ao sacerdote e letrado egípcio Maneton como sendo um «historiador grego».

Surge depois um bloco com o título de «Lugares e Homens do Império Novo» (se bem que aqui tenha ficado «Novo Império», do francês *Nouvel Empire*), composto por sete artigos. O capítulo 7, «Sinai, o caminho de fuga de Moisés» (pp. 78-89), foi redigido por Richard Lebeau, nele se enfatizando a acção de Abraão como «chefe de guerra e beduíno», apresentado à francesa como «*Habirou/Aspirou*» e como um «*Shasou*» (em vez de Habiru, Apiru e Chasu), até se chegar a Moisés, semita egípcianizado. Depois segue-se um artigo do mesmo autor, «Deir el-Bahari: para glória de Hatshepsut» (pp. 90-97), onde a mãe da rainha aparece como Atmosis em vez de Ahmés, apresentando-se Hatchepsut como uma enérgica «guerreira e construtora» que organizou a expedição a Punt, o dado mais notável do seu reinado. Emmanuelle Eyles revela «Os segredos de beleza da mulher egípcia» no capítulo 9 (pp. 98-101), seguindo-se o capítulo 10 sobre «A batalha de Kadech: Ramsés trava o avanço dos Hititas» (pp. 102-109), redigido por Christiane Desroches-Noblecourt, a quem se deve igualmente o capítulo 11 com o título de «A múmia de Ramsés II desvenda os seus segredos» (pp. 110-115). Por fim coube a Richard Lebeau os dois últimos artigos desta secção: «De que padeciam os súbditos do faraó?» (pp. 116-118), desfiando o rol das principais maleitas de que padeciam os antigos Egípcios e «Medinet Habu: a “profissão” dos larápios de túmulos» (pp. 119-124), tratando dos assaltos aos túmulos do Vale dos Reis em finais da XX dinastia.

A última secção apresenta «O Egipto Grego» com dois capítulos: «Alexandria: à procura do túmulo de Alexandre» (pp. 126-137), de Pierre Briant, e «Graças ao seu trigo, Cleópatra conquista António» (pp. 138-144), de Violaine Vanoyèke.

As várias barbaridades presentes neste diminuto trabalho editorial patenteiam-se, por exemplo, na p. 9, quando se escreve que a conhecida Pedra de Roseta era uma «chapa de diorite» em vez de bloco de diorite (na verdade ele é feito de basalto), em lugar das conhecidas paletas aparecem as «espátulas» (pp. 28-30), em vez de segurar um

longo ceptro Ptah segura aqui um «longo espectro» (p. 148)! O uso da ultrapassada forma «Rá» para aludir ao deus Ré não podia deixar de estar presente num trabalho de baixo nível como este. A esta anomalia onomástica juntam-se muitas outras a ilustrar a hebefrénica balbúrdia: «Sahkara» em vez de Sakara (p. 11), «Abukir» em lugar de Abusir (p. 31), «Ounas» em lugar de Unas, «Silslèh» em vez de Silsila (p. 59), Merisekhmet vem como «Merjekhmet» (p. 123), a deusa Renenutet aparece reduzida para «Renmut» (p. 152), e a localidade de Charuhen surge meio à francesa meio à inglesa como «Sharouhen» (p. 80).

Pode-se optar pelos nomes escritos à moda grega (Queóps, Sesóstris, Amenemmés) ou à maneira egípcia (Khufu, Senuseret, Amenemhat), mas convinha manter uma certa unidade opcional e não misturar nomes helenizados com as formas egípcias num mesmo texto. É lícito que se tenha optado pelas formas gregas, o que aqui acontece na maior parte dos casos - mas então podia-se usar Tutmósis em vez do Tutmés que ali aparece. A opção pelas formas gregas levou ao aparecimento de Amenófis em vez de Amen-hotep - mas já agora convém esclarecer que mesmo a forma helenizada de Amenófis não é a mais correcta (ela deriva de Amenemope) devendo ser Amenótis (esta sim, derivada de Amen-hotep). A forma Maet, usada por vários egiptólogos, vem aqui como Maat - e isso não é um erro, o que é errado é apresentá-la à moda francesa e ainda por cima no masculino, como surge na p. 58: «O *Mâat*» (e até a acentuação está aqui mal). Por outro lado a tradução da palavra Kemet não é «O Negro» mas sim «A Negra», aludindo à terra fértil do Egipto (p. 24).

O desconhecimento de termos próprios de egiptologia levou a tradutora a passar de forma mecânica algumas palavras do original francês: desta maneira surgem «Amraciano» em vez de Amratense, «Gerzeano» em vez de Guerzense (p. 10), «Baixa Época» (de Basse Époque) em vez de Época Baixa (p. 15), «bubastita» em lugar de bubástida, designação da XXII dinastia (p. 15), o conceito de *sia* (pensamento criador) aparece erradamente como *sai* (p. 21), a célebre Paleta de Narmer surge como «espátula de Narmer» (p. 29), e em vez de «Seguidores de Hórus» vem «Servos de Hórus» (pp. 10 e 30).

Outras expressões são estranhamente deixadas à moda francesa: *per aâ* em vez de *per-aá*, Neferirkarê em vez de Neferirkaré (p. 31), *Papyrus de Moscou* quando devia ser *Papiro de Moscovo* (e devia-se seguir o número do papiro), *medou neter* em lugar de *medu-netjer* (p. 36). São às dezenas as anomalias deste tipo. Pelo contrário, é ridículo passar o Forte Julien (onde se descobriu a Pedra de Roseta) para «Forte Juliano» (p. 40). Em vez de «dinastia zero» devia estar «dinastia 0», aparecendo aqui a numeração dinástica sempre à moda francesa («X^a dinas-

tia», por exemplo), para já não falar de erros de datação – à XVI dinastia atribui-se a aberrante datação de «1570-1293» (p. 13), ao período dos reis greco-macedónicos atribui-se «332-205» em vez de 332-305 (p. 16). Tanto se vê a numeração romana em século XIII, ou século VII (que é a forma correcta usada no nosso país, como sabem até os alunos do ensino básico), como aparece «século 13», «século 18», etc.

O prontuário ortográfico não foi utilizado com a premência que a tarefa requeria: assim se compreende o aparecimento de várias «gralhas» e assim se explica que apareça a palavra «estado» em vez de Estado, servindo de exemplo de uma débil revisão o crasso palavrão «horizontalmentente» em lugar de horizontalmente (p. 36). Nota-se uma deficiente utilização de caixas altas: Sul e Norte têm inicial maiúscula quando indicam regiões, devem ter igualmente inicial maiúscula os títulos de obras literárias («Textos das Pirâmides»). Pelo contrário, têm inicial minúscula «mar Vermelho» ou «mar Egeu» mas aqui aparecem com maiúscula. As épocas históricas devem ter inicial maiúscula o que nem sempre se verifica (por exemplo, com «Primeiro período intermédio», em vez de Primeiro Período Intermédio ou Primeiro Período Intermediário, e Império Antigo, embora na p. 60 apareça «império antigo»). Também devia ter caixa alta Duas Terras (o Egipto) e não «duas terras» (p. 19). A falta de uma cuidadosa revisão detecta-se ainda na forma diferente de referir os mesmos locais e pessoas, vendo-se Abido e Abidos, Sahkara e Sakara, Ounas e Unas, etc. Nota-se o uso abusivo do itálico em palavras como Kemet (o Egipto), Akhet, Peret e Chemu (as estações do ano), Hapi (o Nilo), Nun e outras, que deviam estar em redondo.

Muitos dos erros demonstram um insuficiente conhecimento do francês (a língua do texto original) e uma clamorosa falta de cultura histórica que seria o mínimo a pedir para quem se abalança a traduzir um livro de temática histórica. Por isso este mau trabalho faz lembrar outras traduções de textos egípcios que por aí existem, revelando não apenas um fraco domínio da língua francesa como mesmo falta de sólidos conhecimentos de âmbito egiptológico. Tal situação traz à lembrança uma reportagem do jornal *O Público*, saída há algum tempo, em que se afirmava: «Em Portugal todos pensam que são tradutores e talvez por isso a tradução no nosso país seja em geral tão má, tanto nas obras literárias como científicas.» E o referido matutino atribuía tão deplorável situação «à falta de escrúpulos por parte de quem traduz e por parte do editor».

De acordo com o texto da contracapa «este livro tem em vista os grandes mistérios do Antigo Egipto» – é o discurso habitual dos textos de publicidade urdidos para atrair os leitores, ou certo tipo de leitores.

Mas a displicência posta na tradução, revisão e adaptação dos nomes teve como consequência um livro pejado de anomalias que, em certa medida, pode bem dar uma imagem do caos que os antigos Egípcios tanto procuraram combater.

Luís Manuel de Araújo

REGINE SCHULZ e MATTHIAS SEIDEL (eds.), *Egipto. O Mundo dos Faraós*, Colónia, Könnemann, 2001, 540 pp., ISBN 3-8290-5992-2

Este volumoso, aliciante e bem paginado volume, é a tradução portuguesa de um original alemão publicado em 1997 pela mesma editora de Colónia: *Ägypten. Die Welt der Pharaonen*. Registe-se que a obra, profusamente ilustrada, foi traduzida em seis idiomas, e, felizmente para nós, o português é um deles. A equipa de tradução fez um bom trabalho e os erros que se podem detectar cabem sobretudo à «revisão científica». Ao contrário do que sucedia há alguns anos, várias editoras portuguesas ganharam o sensato hábito de convidar especialistas para fazer uma necessária e prévia revisão científica de obras egiptológicas publicadas em Portugal. Mas nem sempre essa boa intenção resulta, como se verá pelas fartas anomalias deste texto que mais abaixo enunciaremos, demonstrando assim que não basta entregar o trabalho de revisão a alguém da área egiptológica para se ter a garantia de um trabalho sério.

Coube a Dorothea Arnold redigir a introdução sobre «A arte egípcia nos nossos dias» (p. 6), citando a propósito o notável egiptólogo Cyril Aldred (condenado no entanto por outros sem o nível do especialista britânico), seguindo-se o prólogo de Regine Schulz e Mathias Seidel (p. 7).

O inicial capítulo sobre a Pré-História proporcionou a Stephan Seidlmayer evocar «O caminho do Egipto para a civilização» (pp. 8-23) com o Período Proto-dinástico e «Da génese do Estado até à II dinastia» (pp. 24-39).

A notável época do Império Antigo, o clássico tempo das pirâmides, abre com Dieter Kessler a tratar sucintamente da «História Política da III à VIII dinastia» (pp. 40-45), Rainer Stadelmann, especialista na temática, encarregou-se do artigo sobre «Túmulos reais da época das pirâmides» (pp. 46-77), Hartwig Altenmüller apresenta «A vida quotidiana na eternidade - Mastabas e túmulos rupestres dos funcionários» (pp. 78-93), terminando o capítulo com a contribuição de Helmut Satzinger e as suas «Imagens vivas - A escultura privada» (pp. 94-103).

Segue-se o Império Médio, com Dieter Kessler a esboçar a «História política da IX à XVII dinastia» (pp. 104-107), continuando Rainer